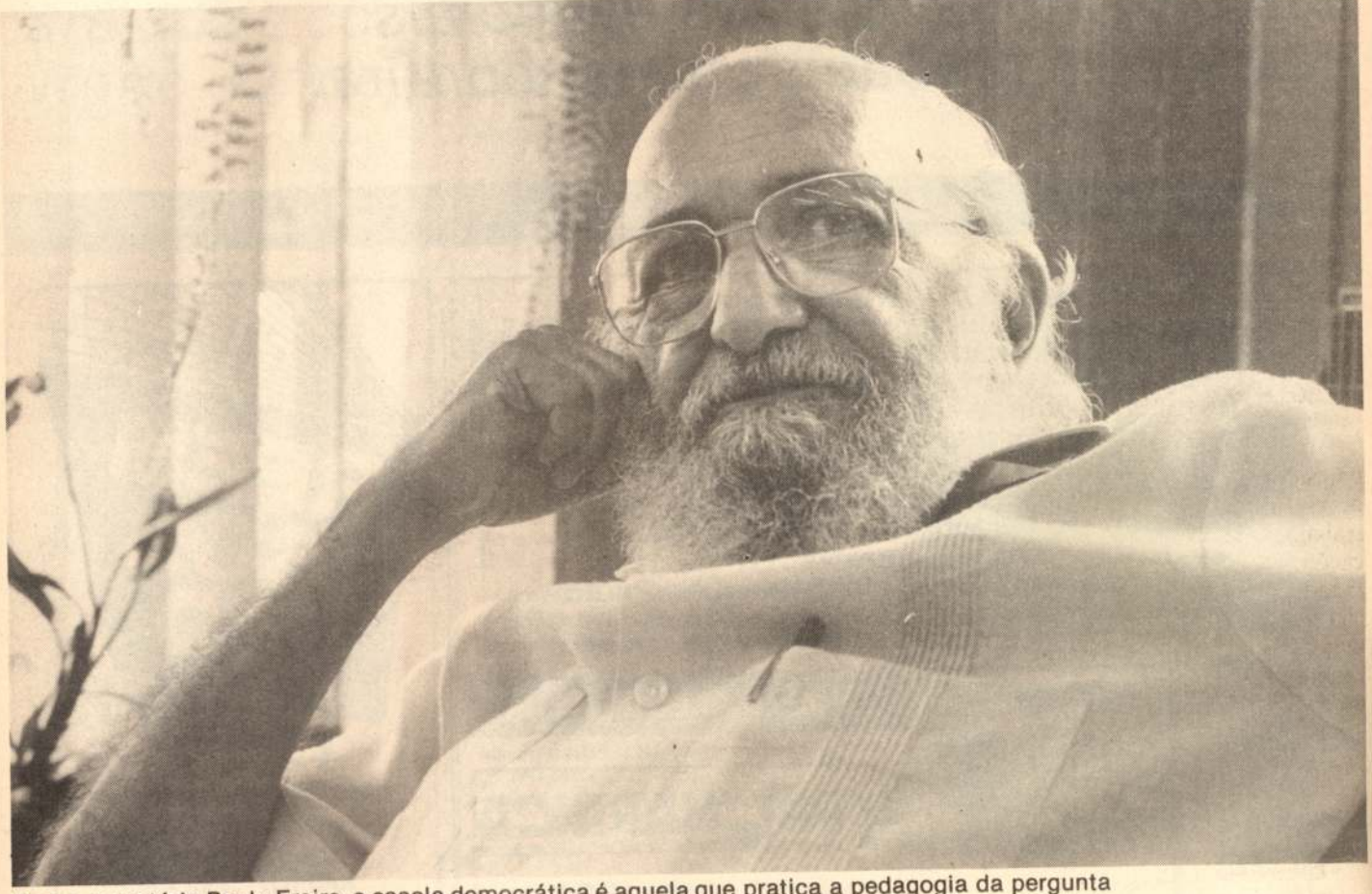
FPE_OPE_07_013

O semeador de palavras

O polêmico educador Paulo Freire discute o ensino municipal em São Paulo

Inêz Guerreiro



Para o secretário Paulo Freire, a escola democrática é aquela que pratica a pedagogia da pergunta

"Gostaria de dizer aos educadores e às educadoras com quem tenho agora a alegria de trabalhar que continuo disposto a aprender. Porque me abrindo à aprendizagem é que também posso ensinar." Com este recado, típico de sua pedagogia e filosofia de vida, o professor Paulo Freire finaliza esta entrevista, concedida nas brechas de sua atribulada agenda, cinco dias após o reinício do ano letivo em todas as escolas municipais da capital paulista.

Secretário municipal de Educação de São Paulo, ele vem despertando grande expectativa em todo o Brasil desde o momento de sua confirmação para o cargo, ainda em novembro de 88. E não é para menos. Afinal, Paulo Freire é, sem dúvida, o educador brasileiro mais conhecido dentro e fora do país e também o mais controverso. As primeiras experiências desse incansável pernambucano de 67 anos se iniciaram ainda na década de 40, quando ele dirigiu o setor de Educação do Sesi de Pernambuco, atuando junto às escolas primárias.

Em 1963, presidiu a Comissão Nacional de Cultura Popular e coordenou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, a convite do Ministério da Educação, em Brasília. Cassado, preso e forçado a sair do país em 64, o professor de Recife viveu e aprofundou a sua prática de educação popular no exterior, do Chile à Suíça. Tornou-se um educador para o mundo. Sua vasta bibliografia é estudada e debatida nas mais diferentes línguas. *Pedagogia do oprimido* foi traduzido em dezessete idiomas e *Educação como prática da liberdade*, em dez idiomas.

Acostumado a despertar paixões e alimentar polêmicas, Paulo Freire volta a assumir um cargo público, disposto a enfrentar dificuldades e desafios. E eles são muitos. Tudo, na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, é superlativo. Seus 26 mil professores atendem cerca de 800 mil alunos, distribuídos em 654 escolas de 1º grau e educação infantil. Mesmo com uma verba de 330 milhões de cruzados novos — o quarto orçamento da administração municipal em 89

—, a Secretaria convive com uma série de carências e obstáculos, que vão da deficiente qualidade do ensino e insatisfação permanente dos professores e funcionários com as condições de trabalho, até a insuficiência de escolas para atender à demanda crescente. Se isso não bastasse, ele recebeu, como herança da administração passada, quase cinqüenta prédios escolares sem condições de funcionamento.

Aqui, Paulo Freire fala dos problemas que tem pela frente, de seus projetos de construção de uma escola pública democrática e de espaços de criatividade, respondendo aos críticos que o acusam de não "pensar o concreto".

Os desafios que o senhor terá que enfrentar à frente da Secretaria Municipal de Educação são muitos. Gostaria que o senhor apontasse suas principais carências.

Não me parece possível a nenhum educador ou educadora que assuma a responsabilidade de coordenar os trabalhos de uma Secretaria de Educação, não importa de que cidade ou Estado, escapar ao desafio dos déficits que a educação brasileira experimenta. Déficits quantitativos e qualitativos. De um lado, a insuficiência de escolas para atender à procura de crianças em idade escolar; do outro, a inadequação do currículo, entendido o conceito no máximo de sua abrangência.

Como esses problemas podem ser atacados?

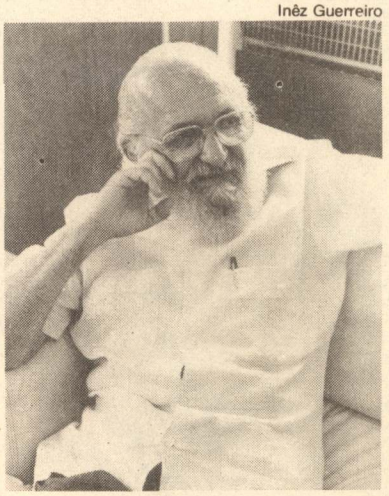
É importante salientar que uma política educacional crítica não pode entender mecanicamente a relação entre estes déficits. É necessário compreendê-los, dinamicamente, contraditoriamente. É impossível atacar um deles sem despertar a consciência do outro. Se ampliamos a capacidade de atendimento das escolas em face da demanda, cedo ou tarde haverá pressão no sentido da mudança do perfil da escola. Se tentamos a democratização da escola, do ponto de vista de sua vida interna, das relações professores-alunos, direção-professores e de suas relações com a comunidade, se buscamos mudar a cara da escola, crescerá, necessariamente, a procura dela.

Não basta apenas construirmos mais salas de aula, é necessário mantê-las bem cuidadas, limpas, alegres, bonitas. Cedo ou tarde, a própria boniteza do espaço irá requerer outra: a do ensino competente, a da alegria de aprender, a da imaginação criadora, tendo a liberdade de exercitar-se e a aventura de criar.

A Secretaria de Educação tem divulgado dados alarmantes sobre o estado de muitas escolas da rede. Como alcançar essa boniteza de que o senhor fala?

Antes mesmo de pensar na construção de salas ou de variedades escolares à altura da demanda, caso dispuséssemos, para este ano, de dotações orçamentárias ou recursos extraordinários, teríamos de enfrentar o desafio enorme com que a administração anterior nos brindou: cerca de cinqüenta escolas em estado deplorável, tetos caindo, pisos afundando, instalações elétricas provocando risco de vida, 15 mil conjuntos de carteiras escolares arrebentadas, um sem-número de escolas sem uma carteira sequer. É impossível pedir mais aos alunos de escolas maltratadas assim. E esse estado de coisas não é culpa de suas diretoras, de suas professoras ou dos zeladores. Nenhuma das diretoras de todas estas escolas quase devastadas deixou de solicitar, várias vezes, a quem de direito, o reparo das mesmas. Pretendo, a partir de março, realizar comícios ou assembléias pedagógico-políticas nas áreas populares em que mostrarei em vídeo o estado em que recebemos estas escolas, convidando o povo para uma participação efetiva no cuidado da coisa pública. Por todo este ano, pretendemos, sobretudo, restaurar as unidades arrasadas, fazendo o possível para manter cuidada a rede toda.

Inêz Guerreiro



"O que desejamos é uma escola bonita e mais competente"

Existe uma curiosidade grande em torno do modo como o senhor enfrentará essas carências todas e os próprios entraves burocráticos da instituição frente à sua proposta de educação popular e democrática...

É fundamental, creio, afirmar uma obviedade: as carências de nossa educação castigam, sobretudo, as famílias populares. Entre os 8 milhões de crianças sem escola no Brasil não há meninos ou meninas das famílias que comem, vestem e sonham. E mesmo quando, do ponto de vista da qualidade, a escola brasileira não atende plenamente às crianças chamadas "bem-nascidas", são as crianças populares — aquelas que conseguem chegar à escola e nela ficar — as que mais sofrem a desigualdade da educação. Tomemos aqui e agora, nesta conversa, um momento apenas e muito importante da prática educativa, o da avaliação, o da aferição do saber. Os critérios de avaliação do saber dos meninos e meninas que a escola usa — intelectualistas, formais, livrescos — necessariamente ajudam as crianças das classes sociais chamadas favorecidas, enquanto desajudam os meninos e meninas populares. A escola, de modo geral, não considera o "saber de experiência feito" que as crianças trazem consigo. Mais uma vez, a desvantagem é das crianças populares.

É que a experiência das crianças das classes médias, de que resulta seu vocabulário, sua prosódia, sua sintaxe, será, afinal, competência lingüística, coincide com o que a escola considera o bom e o certo. A experiência dos meninos populares se dá preponderantemente não nos domínios das palavras escritas, mas no da carência das coisas, no domínio dos fatos, na ação direta. Democratizando mais seus critérios de avaliação do saber, a escola deverá preocupar-se também em preencher certas lacunas da expe-

"A carência da escola castiga sobretudo as famílias mais pobres"

riência das crianças, ajudando-as a superar obstáculos em seu processo de conhecer. É óbvio, por exemplo, que crianças a quem falta a convivência com palavras escritas ou que com elas têm pequena relação, nas ruas e em casa, crianças cujos pais não lêem livros nem jornais, tenham mais dificuldades em passar da linguagem oral à escrita. Isto não significa, porém, que a carência de tantas coisas com que vivem crie nelas uma "natureza" diferente, que determine sua incompetência absoluta.

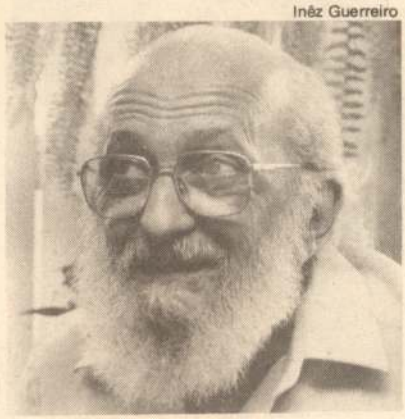
Como preencher essas lacunas? O senhor poderia dar um exemplo?

Um sonho que tenho, entre um sem-número de outros, é "semear" palavras em áreas populares, cuja experiência social não seja escrita. Os grafiteiros, que fazem tanta coisa bonita nesta cidade, bem que poderiam ajudar na realização desta sã loucura que os homens da indústria e do comércio poderiam financiar. No Chile, quando lá vivi no meu tempo de exílio, em áreas de reforma agrária, os "semeadores de palavras" foram os próprios camponeses alfabetizados, que as "plantavam" nos troncos das árvores; às vezes, no chão dos caminhos. Gostaria de acompanhar uma população infantil envolvida num projeto assim, e observar seus passos na experiência da alfabetização.

Um dos planos de sua Secretaria é a reforma do currículo escolar. O que o senhor pode dizer sobre ela?

Já começamos a trabalhar seriamente com vistas à reformulação curricular de nossas escolas, cuja coordenação entreguei à professora Ana Maria Saúl, da PUC, uma das mais competentes especialistas brasileiras em Teoria do Currículo. Pretendemos, na verdade, mudar a "cara" de nossa escola. Não pensamos que somos os únicos ou os mais competentes, mas sabemos que somos capazes e que temos decisão política para fazê-lo. Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá constituindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que esta jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo. Evidentemente, a reformulação do currículo não pode ser algo feito, elaborado por uma dúzia de iluminados, cujos resultados finais são encaminhados em forma de um pacote a ser executado de acordo com as instruções e os guias igualmente elaborados pelos iluminados. A reformulação do currículo é sempre um processo político-pedagógico e, para nós, substantivamente democrático.

Inêz Guerreiro



"A formação dos professores deve ser permanente"

Há um prazo para sua conclusão e implantação?

Considerando o que há, na prática educativa, de político, de científico, de artístico, de ético, de social, de comunicação, começamos a constituir durante janeiro e fevereiro grupos de especialistas, sem ônus para a Secretaria, professores do mais alto nível, com quem estamos aprofundando interdisciplinarmente uma compreensão crítica da prática educativa. Eles são físicos, matemáticos, biólogos, lingüistas, sociólogos, teóricos da política, arte-educadores, filósofos, juristas, envolvidos em programas de direitos humanos e, mais recentemente, uma equipe de educadores e psicólogos que trabalha a problemática da sexualidade. Ainda este mês teremos a primeira reunião com todas estas equipes, quando faremos uma avaliação do trabalho até agora realizado.

A democratização do ensino, hoje, também passa pela formação e pelo fortalecimento dos Conselhos de Escola. Eles já são realidade no município?

Começamos, através das diferentes instâncias da Secretaria, a estabelecer um diálogo franco com diretoras, coordenadoras, supervisoras, alunos, famílias, lideranças populares. Esperamos com estes encontros ajudar a formação e a solidificação dos Conselhos de Escola. Isto numa perspectiva realmente progressista, democrática, e não autoritária, pois não se muda a cara da escola por portaria. A administração precisa testemunhar ao corpo docente que o respeita, que não teme revelar seus limites a ele. A administração precisa deixar claro que pode errar. Só não pode mentir.

E quanto à formação e reciclagem dos professores da rede?

Esta é outra tarefa que a administração tem de assumir em decorrência de seu respeito ao corpo docente. Pensar, organizar e executar programas de formação permanente, contando, inclusive, com a ajuda dos cientistas com quem temos trabalhado até agora. Formação permanente que se funde, sobretudo, na reflexão sobre a prática. É claro que nada disso se faz da noite para o dia, sem luta. Tudo isso demanda um grande esforço, competência, condições materiais e uma impaciente paciência.

Alguns de seus críticos mais recentes o acusam de sonhador, incapaz de descer aos problemas concretos. O que o senhor tem a dizer a esse respeito?

Às vezes, não posso deixar de rir, quando certas críticas dizem que não "penso nada concreto". Haverá muitas coisas mais concretas do que lutar para reparar cinqüenta escolas esfaceladas? Haverá algo mais concreto do que pensar teoricamente a reformulação do currículo? Será que é vago e abstrato visitar sistematicamente as escolas da rede, duas manhãs por semana, e discutir seus problemas concretos com diretoras, professoras, alunos e zeladores?

Elvira de Oliveira